

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE HISTÓRIA

RENATA SOUZA DO NASCIMENTO CESÁRIO

**NACIONALIZAÇÃO E GUERRA: O SILENCIAMENTO DE DESCENDENTES DE
IMIGRANTES EUROPEUS NO SUL CATARINENSE (1930-1945)**

CRICIÚMA

2018

RENATA SOUZA DO NASCIMENTO CESÁRIO

**NACIONALIZAÇÃO E GUERRA: O SILENCIAMENTO DE DESCENDENTES DE
IMIGRANTES EUROPEUS NO SUL CATARINENSE (1930-1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciada no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto

CRICIÚMA

2018

RENATA SOUZA DO NASCIMENTO CESÁRIO

**NACIONALIZAÇÃO E GUERRA: O SILENCIAMENTO DE DESCENDENTES DE
IMIGRANTES EUROPEUS NO SUL CATARINENSE (1930-1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de licenciada, no Curso de História da
Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC, com Linha de Pesquisa em História
Política

Criciúma, Novembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. João Henrique Zanelatto - Doutor - UNESC - Orientador

Prof.(a) Michele Gonçalves Cardoso - Doutora - UNESC

Prof. Paulo Sérgio Osório - Mestre - UNESC

À Deus, que tem sido meu sustento, meu esposo e à minha família que tanto me auxiliaram para que eu pudesse ter chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

A finalização deste trabalho é sem dúvida a realização de um sonho e o início de uma nova caminhada. Caminhada essa que até aqui não fiz sozinha, grandes pessoas cruzaram meu caminho ajudando a concretizar esse trabalho hoje.

Em primeiro lugar meu agradecimento é para Deus por ter me dado forças e sustento em todos os momentos da minha vida. Ao meu esposo Ricardo, que sempre deu apoio e compreendeu meus momentos ausentes, me ajudando e sendo parceiro em tudo. A minha filha Josephine, que me dá forças para ser cada dia melhor. Agradecer aos meus pais, de quem sempre recebi apoio para realização de novas caminhadas e com certeza sem a ajuda deles eu não conseguiria ter vencido esses quatro anos.

Não poderia deixar de registrar também meus sinceros agradecimentos pelas amizades que construí no curso em especial Cíntia, Marina, Liziane, Ariel e Rayane. Foram quatro anos juntas, tempo de lágrimas e desespero, mas acima de tudo de muita cumplicidade e alegrias divididas. Ao meu orientador João Henrique Zanelatto que sempre com muita paciência compreendeu os momentos de tensão e nervosismo e com calma sempre ajudou a encontrar a melhor solução.

Enfim a todos os professores e professoras que contribuíram para que essa caminhada estivesse se concretizando com este trabalho finalizado, meu **MUITO OBRIGADA!**

“Até que os leões inventem suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.”

Provérbio Africano

RESUMO

O presente trabalho tem como tema principal a vida da população imigrante e seus descendentes em solo catarinense durante o período entre 1930-1945. Momento em que mudanças políticas estavam sendo processadas em âmbito nacional e internacional. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder juntamente com a influência dos regimes totalitários emergentes na Europa modificou a estrutura política brasileira, bem como em Santa Catarina. O estado catarinense foi afetado principalmente nas áreas de maior concentração de imigração de europeus por conta do projeto de nacionalização implantado por Vargas. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial a população imigrante e seus descendentes passam a ser vistos como inimigos vivendo em solo brasileiro. A partir dos conceitos teóricos utilizados (história política, história oral, cotidiano, memória e identidade), o principal objetivo deste trabalho é analisar as relações cotidianas dos descendentes de imigrantes europeus e seus descendentes no Sul Catarinense no contexto da política de Nacionalização e da Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Política; Segunda Guerra Mundial; Nacionalização; Segunda República; Memória.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
PRC	Partido Republicano Catarinense
PL	Partido Liberal
ANL	Aliança Nacional Libertadora
PIC	Programa de Iniciação Científica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 AS MUDANÇAS SÓCIOPOLÍTICAS DO PÓS 30 E OS IMPACTOS NA VIDA DOS IMIGRANTES E SEUS DESCENDENTES EM SANTA CATARINA	14
2.1 AS MUDANÇAS SOCIOPOLÍTICAS APÓS O MOVIMENTO DE 1930	14
2.2 MUDANÇAS SOCIOPOLÍTICAS EM SANTA CATARINA NO PÓS-30	19
2.3 OS PROCESSOS POLÍTICOS NO SUL DE SANTA CATARINA	23
3 SILÊNCIO E MEDO: A NACIONALIZAÇÃO E A SEGUNDA GUERRA NO COTIDIANO DOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES.....	27
3.1 IDENTIDADES E O PROJETO DE NACIONALIZAÇÃO EM SC	27
3.2 CONSTRUÍDO O “INIMIGO”	32
3.3 ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: OS DESCENDENTES DE IMIGRANTES NARRANDO SUAS EXPERIÊNCIAS.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	49
FONTES CONSULTADAS	52

1 INTRODUÇÃO

A abordagem deste trabalho carrega em si a bagagem que venho acumulando nestes quatro de vida acadêmica no curso de História. Trabalhar com memória e a maneira como ela vai tecendo a história dos indivíduos na sociedade é uma maneira fascinante de compreender além dos processos coletivos, mas através do coletivo entender as particularidades vivenciadas por cada indivíduo.

A partir dos estudos relacionados à Segunda Guerra Mundial, e como a política dos regimes nazifascistas influenciaram os processos políticos no Brasil, surge a questão: de que maneira essas modificações podem ter alterado a vida dos cidadãos comuns do Sul de Santa Catarina? A proposta inicial desta abordagem originou um artigo para a disciplina de Santa Catarina II, um projeto de PIC (Programa de Iniciação Científica) e também o TCC. Através desses dois últimos foi possível ampliar e chegar a resultados mais concretos com a pesquisa.

A décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por muitas tensões tanto do ponto de vista interno como externo. Externamente ocorria o surgimento e fortalecimento dos regimes totalitários e internamente a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930. Após o movimento de 1930 Getúlio Vargas assumiu o poder e seu governo foi influenciado pelos regimes ditatoriais, mostrando traços desse autoritarismo, criando um nacionalismo extremo.

Entre os anos em que esteve no poder, Vargas extinguiu os partidos políticos, suspendeu a Constituição vigente desde 1891, dissolveu o Congresso Nacional, nomeando interventores para os estados, diminuindo assim a autonomia política de cada região, e ainda mantinha militares nos principais cargos administrativos de seu governo. Nesse período, os meios de comunicação também atuavam de modo a promover a imagem de Getúlio Vargas, tanto que nos livros didáticos do período ele aparece como um ilustre governante e não como ditador (CARNEIRO, 2017).

Santa Catarina entre as décadas de 1930 e 1940 vinha em processo de desenvolvimento socioeconômico, em especial nas áreas de imigração europeia. Nas regiões onde estavam concentrados os imigrantes europeus e seus descendentes despontavam comércio e indústria. Descendentes de imigrantes europeus organizaram/aderiram grupos fascistas, nazistas, muitos entraram nas fileiras da Ação Integralista Brasileira e se elegeram prefeitos e vereadores por esse partido.

Mudanças significativas foram se processando após o movimento de 1930 que colocou Vargas no poder, pois em Santa Catarina os grupos que apoiaram Vargas faziam parte das elites luso-brasileiras, provenientes do planalto Serrano e vinculadas ao latifúndio. Foram esses grupos/famílias que ascenderam ao poder no pós 30 e iniciaram uma campanha contra as áreas de imigração – uma forte política de nacionalização que se intensificou com o golpe que deu início ao Estado Novo e posteriormente com a Segunda Guerra Mundial.

Após a entrada do Brasil na Guerra ao lado dos Aliados¹ acirrou-se o processo de repressão contra as comunidades imigrantes, principalmente de origem alemã e italiana, pois estes eram tidos como partidários do Eixo. Embora o Brasil não tenha presenciado nenhuma luta armada, a população brasileira sentiu o medo da guerra.

Diante de mudanças significativas no âmbito político e social do país e também sob a influência dos regimes europeus, temos por objetivo perceber em que medida essas mudanças afetaram a vida cotidiana das populações de imigrantes europeus e seus descendentes do Sul de Santa Catarina. O estudo foi desenvolvido por meio das memórias desses moradores em seu cotidiano e suas relações diárias, mediante relatos orais, obtidos de pessoas que vivenciaram o tempo da guerra ainda quando crianças.

Para elaboração do trabalho foi realizada uma pesquisa de campo e levantamento de fontes bibliográficas da historiografia regional a respeito do assunto e também estudados conceitos de História Política por René Rémond, história oral por Verena Alberti, memória e identidade sob a perspectiva de Michel Pollok. Para entendermos as relações cotidianas buscamos subsídios em Michel de Certeau e também a imprensa por Maria Helena Capelato.

A realização da pesquisa associando história política, memória, identidade e cotidiano vem das particularidades da História Política Renovada, que depois da Escola dos Annales pode ampliar seus objetos de estudo. Segundo René Rémond (2003), a história política passou por certo desprestígio com o início da Escola dos Annales, isso porque a história política sempre esteve ligada à história do político e ao brilho do estado, deixando de lado outros atores envolvidos nos processos que

¹ A Segunda Guerra Mundial ocorreu entre os anos de 1939-1945 tendo duas alianças. O Eixo formado pela Alemanha, Itália e Japão e os Aliados, inicialmente França, Inglaterra e Estados Unidos, e posteriormente recebem mais apoio da URSS e também do Brasil.

permeiam o âmbito político. “Durante muito tempo censurou-se a história política por só se interessar pelas minorias privilegiadas e esquecer o povo, as multidões, as massas, o grande número” (RÉMOND, 2003, p. 33).

Com a chegada da terceira geração da Escola dos Annales a história política passou por um processo de reestruturação e começou a elencar novos objetos, métodos e fontes que passaram a ser importantes para a compreensão da sociedade em geral, não focando apenas nos grandes nomes, como anteriormente. Segundo Rémond (2003, p. 18), era chegada a hora de “passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades”.

A perspectiva de Rémond a respeito da História Política Renovada permite-nos entender que toda e qualquer movimentação no mundo político afeta diretamente a vida da sociedade em geral, e que o estudo dos processos políticos nos ajudam a compreender a movimentação geral das sociedades. Em nossa pesquisa buscamos perceber como os movimentos políticos internos e externos estavam afetando a vida das pessoas entre os anos de 1930-1945, buscando não somente o foco no Estado, mas também nos indivíduos e a maneira como estavam reagindo aos processos políticos que aconteciam ao seu redor.

Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas orais com descendentes de imigrantes nos municípios de Criciúma, Forquilha, Nova Veneza e Siderópolis.

“A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais.” (DELGADO, 2006, P. 15)

A metodologia da história oral é um procedimento que permite ao historiador alcançar a novas fontes para compor seu trabalho, e como qualquer outro tipo de fonte, carece de análise e problematizações. A análise da fala dos entrevistados vai além do que é por ele contado, mas como aponta Pollak (1989) a memória vem permeada pelo dito, o “não-dito”, os silêncios e os esquecimentos. Dessa maneira utilizaremos em nossa pesquisa os fatores qualitativos, ou seja, levaremos em consideração as experiências e as vivências de cada indivíduo. Obtendo dados por meio da história oral foi possível, após análise e confronto com a historiografia,

entender como esses indivíduos internalizavam o que estava ocorrendo no período que estamos estudando.

Trabalhamos assim além da história oficial, mas uma história guardada nas memórias dessas pessoas, histórias dentro da história, como aponta Verena Alberti (2010, p.155) “A história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da História’ e dessa forma amplia as possibilidades de interpretação do passado”.

Um trabalho de análise minuciosa, pois a própria memória passa por processos de ressignificação de tempos em tempos por aquele que a conta, sendo ela permeada tanto pelo passado como pelo presente. Num período marcado pela tensão da guerra, as identidades e as memórias tornam-se frágeis, muitas identidades tiveram de ser negadas e muitas memórias foram sentenciadas ao esquecimento, uma memória proibida, como aponta Pollak (1989).

Para compreender as relações mútuas, que dizem respeito ao dia a dia das pessoas, e a maneira como elas internalizavam e compreendiam esse processo de negação de identidade e de repressão no período da guerra é necessário adentrar nas memórias individuais, trabalho que não é tão fácil, pois muitas dessas memórias estão silenciadas e carregadas de lágrimas, de dor, de vergonha, e muitos negam-se a rememorar-las. Essas lembranças, segundo Pollak (1989, p.8), “muitas vezes opõem-se à mais legítima das memórias coletivas, a memória nacional, essas lembranças são transmitidas no quadro familiar [...], são lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas”.

E são nessas memórias condenadas ao silêncio que encontramos relatos de como as pessoas viveram e se reinventaram no tempo da guerra, de como elas driblavam a repressão do governo. Memórias ligadas diretamente ao dia a dia das pessoas, ao cotidiano de cada indivíduo. Importante enfatizar que os entrevistados eram na época de nosso estudo, crianças, sendo que, muitas de suas memórias foram construídas coletivamente e muitos acontecimentos narrados são, o que Pollak (1989) “vividos por tabela”, segundo o autor “São acontecimento dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (p. 2). São memórias muitas vezes transmitidas no quadro familiar e sentimentos moldados coletivamente, há uma socialização e identificação dos indivíduos com essas memórias, tornando-as “memórias herdadas”.

Na coleta de dados das entrevistas procuramos entender o processo de nacionalização das populações imigrantes, bem como a necessidade de legitimar uma identidade própria do povo brasileiro e as particularidades envolvidas nesse processo.

Assim, a organização do trabalho foi feita da seguinte maneira: no primeiro capítulo é abordado como estava sendo organizada a política brasileira após o movimento de 1930 com a ascensão de Vargas ao poder. E como todas essas mudanças afetaram a política regional do Sul do país, dando espaço a novos partidos e agentes políticos, e a maneira como essa nova configuração vai afetando a vida da população imigrante dentro do estado catarinense.

O segundo capítulo é voltado para o cotidiano dessas populações. Tratamos do processo de nacionalização e como ele foi entendido, da perseguição aos supostos inimigos e os campos de concentração para onde eram mandados. Por fim, daremos voz aos sujeitos - os descendentes de imigrantes que foram afetados duramente com a política nacionalizadora e a Segunda Guerra Mundial.

2 AS MUDANÇAS SOCIOPOLÍTICAS DO PÓS 30 E OS IMPACTOS NA VIDA DOS IMIGRANTES E SEUS DESCENDENTES EM SANTA CATARINA

2.1 AS MUDANÇAS SOCIOPOLÍTICAS APÓS O MOVIMENTO DE 1930

As mudanças políticas e sociais que ocorreram durante o período da Primeira República e também após o movimento de 1930² foram decisivas para a constituição política dos estados brasileiros, bem como nas políticas em níveis regionais. O Estado de Santa Catarina até então era governado por duas oligarquias, os Konder, do Vale do Itajaí, de origem teuto, e os Ramos, do Planalto, de origem Lusa.

Após o movimento de 1930 houve uma mudança significativa no cenário nacional, mudança esta que influenciou diretamente as regiões brasileiras, principalmente as regiões com maior concentração de imigração europeia, como é o caso do Sul Catarinense. Neste contexto surgiram outras forças políticas, como o integralismo, provocando embates significativos no âmbito estadual e também regional. São essas modificações e embates políticos que vamos discutir ao longo deste primeiro capítulo.

O período que compreende os anos entre 1930 e 1945, conhecido como “Era Vargas”, foi marcado por embates e mudanças significativas na estrutura política brasileira. Após o golpe de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, houve uma série de modificações e instabilidades na estrutura política, econômica e social do país. Mudanças que sofreram influência direta dos processos sociopolíticos em transcurso nos países Europeus, os regimes totalitários³ que estavam em efervescência.

2 Utilizaremos neste escrito a designação movimento de 1930, pois divergimos do termo revolução para o acontecimento de 1930, consideramos que este não se caracteriza conceitualmente como uma revolução.

3 Os regimes totalitários começam a emergir na Europa após a primeira grande guerra, entre 1922 e 1945, com efeitos nada positivos, com grande destruição material, inflação em alta e muito desemprego por toda a Europa. O período entre guerras foi marcado por grandes tensões sociais e políticas e a população enfrentava um tempo difícil sem grandes expectativas, e foi nesse contexto que emergiram na Europa os regimes totalitários: Nazismo na Alemanha e Fascismo na Itália, e logo se disseminaram pelo mundo. Com a promessa de que um partido único seria a solução para implantar uma melhoria no caos em que a sociedade encontrava-se naquele momento e culpando os regimes democráticos pela condição atual, obtendo assim apoio da população. Todos esses problemas socioeconômicos e também políticos deram o impulso que ocasionou a Segunda Grande Guerra, entre 1939 e 1945.

Segundo Capelato (2003), os regimes totalitários desenvolveram-se no período entre guerras devido à crise do sistema liberal desencadeado pela Primeira Guerra Mundial e pela Revolução Russa. Essa crise gerou uma série de críticas ao sistema democrático, abrindo caminho para as políticas de regimes autoritários de controle das massas, objetivando evitar e conter movimentos socialistas. De acordo com Carneiro (2015), a partir da década de 1930 houve um grande crescimento do pensamento autoritário como forma de governo. De acordo com Capelato:

Uma das soluções propostas era a do controle social através da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem. Essa política foi adotada em alguns países europeus, assumindo características específicas em cada um deles. Regimes como o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, o salazarismo em Portugal e o franquismo na Espanha foram constituídos nessa época. O sucesso das experiências italiana e alemã serviu de inspiração para reformas políticas que ocorreram em alguns países latino-americanos: Brasil e Argentina especialmente (CAPELATO, 2003, p. 109).

Como podemos perceber, em cada país o regime adotou traços particulares, da mesma maneira a política de Vargas tinha suas próprias características, mas com influências dos regimes europeus. Vargas procurava estabelecer um Estado forte que conduzisse o país ao progresso, sua principal meta era superar o atraso e elevar o Brasil a um nível desenvolvido economicamente (CAPELATO, 2003). Segundo Pandolfi (2003) e Capelato (2003), a década de 1930 foi importante marco para a economia brasileira, pois foi naquele momento que se inicia o processo de industrialização do país, porém esse crescimento econômico foi marcado como um dos períodos mais repressivos da história do Brasil.

[...] o Estado Novo definiu-se pelo autoritarismo graças ao intenso controle político, social e cultural e pelo cerceamento das liberdades em muitos planos; houve repressão e violência extrema expressa nos atos de tortura. O período se caracterizou também pelas significativas mudanças promovidas pelo governo (CAPELATO, 2003, p. 113).

Entre os anos de 1930 e 1934 Getúlio Vargas assumiu a chefia do governo provisório, iniciando uma série de mudanças no sistema político brasileiro, estabelecendo uma estrutura de poder centralizada, acabou com a autonomia dos estados com a nomeação de interventores. Vargas criou os ministérios do trabalho, da indústria, do comércio, da educação e da saúde.

No ano de 1935 houve um levante comunista, chamado de “Intentona Comunista⁴”, que acabou fortalecendo ainda mais o governo de Vargas, pois o comunismo era visto como grande ameaça à ordem desde os anos de 1920. Liderados pela ANL (Aliança Nacional Libertadora), foi extinto após forte repressão do governo, que obteve também apoio dos liberais para combater os comunistas.

Em 1936 iniciou-se a campanha para Presidência da República tendo como candidatos Armando Sales de Oliveira pelo partido União Democrática Brasileira, José Américo representando os liberais, indicado por Getúlio Vargas, e Plínio Salgado dos integralistas. As eleições, porém, não ocorrem devido ao golpe de Getúlio Vargas, que assumiu o poder com apoio dos generais Góis Monteiro, Daltro Filho e Eurico Gaspar Dutra.

Após 1937 todos os partidos políticos foram abolidos, a Constituição foi revogada e também houve a dissolução do Congresso Nacional. Foi nesse período que Getúlio Vargas estabeleceu uma grande censura aos meios de comunicação, que foram proibidos de fazer qualquer tipo de argumentação contra o governo. Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda para organizar sua campanha política e também para possíveis censuras. Esse departamento era responsável pela criação e distribuição de cartazes, livros, artigos que favorecessem a figura do governante. Assim como ocorreu na Alemanha, Vargas recorreu aos meios de comunicação para convencimento das massas e legitimação de seu governo.

Aos meios de comunicação cabia a tarefa de exaltar a figura de Vargas, não só como conciliador entre as classes e protetor dos oprimidos, mas também como realizador do progresso material, o que significava vencer o atraso. As realizações do governo no terreno econômico, no campo da legislação social e da organização planificada do Estado foram enaltecidas (CAPELATO, 2003, p. 118).

Outra questão referente à Segunda República foi a construção de uma nacionalidade brasileira. Getúlio Vargas desejava instituir uma identidade nacional, objetivando uma pátria unida, na qual todos os estrangeiros fossem incluídos. O país deixaria de ser heterogêneo e passaria a ter uma homogeneização em sua sociedade, retirando todas as suas diferenças.

4 A Intentona foi uma revolta ocorrida no ano de 1935 que tinha como objetivo a derrubada de Getúlio Vargas do poder, porém não obteve sucesso.

Após o golpe (1937) que deu origem ao Estado Novo, uma das atitudes tomadas pelo governo foi instaurar a campanha de nacionalização, que tinha por objetivo integrar as populações estrangeiras e seus descendentes à sociedade brasileira. Naquele período havia ainda muitas colônias, principalmente italianas e alemãs, que ensinavam em sua língua materna, recebendo até mesmo subsídios de seus países de origem para manutenção das escolas.

A política de nacionalização tornou-se mais repressiva após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Até o ano de 1942 o Brasil manteve sua neutralidade no conflito, porém, Vargas declarou apoio aos Aliados quando algumas embarcações brasileiras foram afundadas por supostos submarinos da Alemanha. A participação do Brasil na Segunda Guerra foi efetivada por meio de fornecimento de matérias-primas aos Aliados e também no envio de soldados para combate.

A partir deste acontecimento o cerceamento às populações imigrantes e seus descendentes ficou mais acirrado, pois passaram a ser vistos como inimigos. Nesse período aumentou a repressão contra essas populações, que tiveram o direito de ir e vir controlado, eram chamados “súditos do eixo”, os alemães e descendentes chamados de “quinta-coluna” (FÁVERI, 2002). Houve criação de centros de confinamento no estado para os presos políticos e até mesmo falar a própria língua e ensinar em seu idioma de origem tornou-se proibido.

Com o alinhamento do Brasil aos Aliados e contra o Eixo, em janeiro de 1942, recrudescer a perseguição aos imigrantes descendentes residentes no Brasil, sendo alemães identificados com o nazismo e atuantes na causa de Hitler, em favor da Alemanha, assim como os italianos, ao fascismo de Mussolini (FAVERI, 2002, p. 160).

Nas áreas de imigração europeia, como o estado de Santa Catarina, as políticas de nacionalização ocorreram de maneira mais acirrada, pois com a grande quantidade de imigrantes europeus e seus descendentes dentro deste território era necessário implantar um sistema de controle e normatização dessas populações de maneira que se integrassem à pátria brasileira, não somente culturalmente, mas também na esfera política.

Fáveri (2002) aponta para um número de 5 milhões de imigrantes europeus chegados no Brasil até 1940, a maioria estabelecendo-se no Sul do país, da mesma maneira Zanelatto (2012) afirma que a região Sul abrigou nesse período a maior quantidade de imigrantes europeus. E, diferente de regiões urbanizadas como São

Paulo, em que logo os imigrantes se integraram aos moldes de vida do Brasil e a sua cultura, no Sul Catarinense eles viviam em colônias isoladas, o que intensificou a permanência de seus costumes e tradições da pátria de origem.

Em muitos desses núcleos coloniais, foram conservadas tradições culturais, falando a língua e manifestando costumes e hábitos, denotando em alguns casos uma profunda identificação com o país de onde os imigrantes provinham. O processo colonizador que fixou levas de imigrantes provenientes de diversos países em diferentes regiões do estado produziu uma população heterogênea, que convivia em meio a diversidade cultural (ZANELATTO, 2012, p. 136-137).

Gertz (1987) afirma que a cidade de Blumenau era vista como o símbolo da imigração alemã não somente em Santa Catarina, mas da América Latina. Aponta que em diversos municípios do Estado 50% da população era constituída por descendentes de alemães. Como essas populações recebiam pouca atenção do governo, essa situação contribuiu para a manutenção de sua língua e costumes:

A escola, que poderia ter modificado esta situação, exercia antes um papel inverso, isto é, contribuía para a preservação da língua alemã. Quando vieram os primeiros imigrantes, o sistema educacional estava muito atrasado. O governo pouco realizava neste campo e por isso as populações recém-colonizadas procuravam resolver o problema por meios próprios. Os imigrantes começaram a edificar escolas para seus filhos, com os poucos recursos que dispunham (GERTZ, 1987, p. 69).

Da mesma maneira aponta ainda que, devido ao isolamento, a própria organização social desses imigrantes contribuiu para manter sua cultura em evidência, principalmente a imprensa, que nesse período já se encontrava bem desenvolvida:

[...] existia uma imprensa em língua alemã com longa tradição. Quase todas as instituições, como clubes ou igrejas, publicavam com maior ou menos regularidade uma "folha". Especialmente difundidos eram os "almanaques"; continham informações práticas e conselhos para diversas profissões, passatempos [...] (GERTZ, 1987, p. 71).

O processo de imigração europeia para Santa Catarina data da primeira metade do século XIX, intensificando-se a partir de 1850, depois da fundação da colônia de Blumenau. Já o Sul Catarinense recebeu os primeiros imigrantes europeus, alemães, a partir de 1873, após a fundação da colônia de Braço do Norte,

e a partir de 1876 chegam os primeiros imigrantes italianos, com a fundação do núcleo colonial no Vale do Tubarão (ZANELATTO, 2012).

Segundo Zanelatto (2012), os núcleos coloniais italianos do sul catarinense eram marcados pelas atividades ligadas à pequena propriedade. Trabalhavam com uma agricultura praticamente de subsistência, havia criação de animais de pequeno porte como porcos e galinhas e um pequeno comércio de fumo e mandioca. Porém, devido ao isolamento das colônias encontravam muita dificuldade em fazer com que esses produtos excedentes chegassem ao centro urbano (Tubarão, Laguna e Araranguá) para comercialização.

Os núcleos coloniais eram isolados do Estado, isto é, marcados pelo abandono político, fator que mais tarde influenciaria esses imigrantes a adentrarem na esfera política causando uma série de embates, enfrentamentos e disputas de poder local e também para propagação do integralismo e fascismo no estado. “Se, por um lado, em outros estados, o principal adversário do Estado Novo e, portanto, da Nação, era o comunismo, em Santa Catarina, eram os fascismos europeus e o integralismo” (ZANELATTO, 2012, p. 198).

Esse afastamento do governo das áreas coloniais fez com que essas populações almejassem uma forma de governo que de alguma maneira defendesse os interesses das colônias. As mudanças ocorridas nacionalmente com a ascensão de Getúlio Vargas tiveram impacto direto na política local, principalmente por influência dos regimes emergentes na Europa. Desde a década de 1920 as ideias fascistas eram disseminadas no Brasil, porém foi no desenrolar da década de 1930, por conta da política autoritária implantada por Vargas, que esse tipo de regime cresceu dentro da esfera política brasileira e as tensões ficando cada vez acirradas.

2.2 MUDANÇAS SOCIOPOLÍTICAS EM SANTA CATARINA NO PÓS-30

Durante o período da Primeira República⁵ havia uma centralização do poder entre os dois maiores polos econômicos do país, São Paulo e Minas Gerais, a

5 Primeira República ou República Velha é o período que se dá entre 1889 e 1930. Nesta pesquisa utilizaremos a noção de Primeira República, pois divergimos de República Velha, noção criada pelos ideólogos de Vargas e também utilizada pela historiografia, mas que constrói o período de 1889 a 1930 de maneira muito negatizada, como sinônimo de velho, atrasado.

chamada aliança café com leite⁶. O fim da política café com leite deu-se após o mandato do presidente Washington Luiz (1926-1930), candidato paulista, que ofereceu apoio para outro candidato representante do Estado de São Paulo, gerando grande descontentamento para o Estado de Minas Gerais.

Após o desentendimento político com os paulistas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul fortaleceram seus laços políticos e lançaram Vargas para presidente, fato que resultará no movimento de 30. Após a mudança no cenário político com o movimento, a derrubada do presidente eleito Júlio Prestes e a tomada do poder por parte de Vargas geraram possibilidades de outros estados também reivindicarem uma maior participação política, inclusive para o Estado Catarinense.

O ano de 1930 foi um marco muito importante na história do Estado de Santa Catarina. Neste ano aconteceram eleições para Governo do Estado, Deputados Federais, Senadores e Presidente da República. Os Republicanos do Estado vinham desde cedo se articulando para tais eleições, sendo que os candidatos indicados pelo partido certamente seriam eleitos devido à estrutura política criada pelos Republicanos em Santa Catarina, necessariamente tornando seu poder mais forte diante do recém criado Partido Liberal. Havia nesse momento histórico, no cenário nacional, a candidatura de uma chapa com duas figuras conhecidas em seus estados: Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, para presidente e João Pessoa, de Minas Gerais, para vice-presidente. Fruto dessas articulações e da fundação da Aliança Liberal no ano de 1929 no Rio de Janeiro por Rio Grande do Sul e Minas Gerais, fundou-se em Santa Catarina, em reflexo das organizações nacionais, o Comitê da Aliança Liberal no dia 2 de outubro do mesmo ano (MORAES, 2011, p. 7).

No Estado catarinense durante a Primeira República a política foi marcada pelos nomes do Vale do Itajaí: Lauro Muller e Hercílio Luz, ambos ligados ao Partido Republicano, que mais tarde foram substituídos pela oligarquia dos Konder. Enquanto Lauro Müller ficava responsável pela política em nível federal, Hercílio Luz era quem indicava os nomes para ocupação de cargos no Estado (ZANELATTO, 2012). Após a morte de Luz e Müller, em 1924 e 1926, a política catarinense foi se reconfigurando e outras forças foram emergindo no cenário político.

Entre as novas forças políticas emergentes no estado, destacavam-se as oligarquias dos Konder, do Vale do Itajaí e os Ramos do Planalto Catarinense. Descendente de alemães, os Konder exerciam grande influência nas cidades de

⁶ A aliança política conhecida como Café com Leite foi predominante durante a Primeira República entre as oligarquias dos estados de São Paulo e Minas Gerais que o poder na presidência da República. Recebeu esse nome em referência aos produtos predominantes em sua economia, São Paulo com economia voltada para a indústria cafeeira e Minas Gerais na produção de leite.

Joinville e Blumenau e tinha suas atividades voltadas para indústria. Os Ramos, lusos brasileiros, foram responsáveis pela fundação da Aliança Liberal em 1929. Diferentemente dos Konder, a oligarquia dos Ramos era ligada à atividade latifundiária e era defensora do projeto de nacionalização implantado por Getúlio Vargas, pois enfraqueceria seus adversários políticos, os Konder, ligados à imigração alemã.

A partir da ascensão dessas duas famílias ao poder, os embates no Estado em busca pelo domínio político ficaram mais acirrados, principalmente após o movimento de 1930. No princípio as duas oligarquias estavam voltadas para o Partido Republicano, mas o choque de interesses entre as duas famílias fez com que houvesse um rompimento político entre eles. Enquanto os Konder continuaram com o Partido Republicano, os Ramos fundaram a Aliança Liberal, no ano de 1929, que mais tarde uniu-se ao Partido Liberal. Com o rompimento das duas oligarquias, nas eleições de 1930 cada família apoiava seus candidatos, os Konder Júlio Prestes, do Partido Republicano, e os Ramos à Getúlio Vargas, da Aliança Liberal.

Entretanto, antes mesmo da Revolução de 1930, durante a campanha eleitoral para presidente da República (que escolheria também os senadores e os deputados federais do estado), o governo estadual catarinense, dirigido pelo republicano Adolpho Konder, apoiou a candidatura de Júlio Prestes; e os Ramos da Aliança Liberal, apoiaram Getúlio Vargas (ZANELATTO, 2012, p. 56).

Nas eleições de 1930 o partido de Adolpho Konder elegeu seu candidato a governador, Fúlvio Aducci, o qual foi deposto após o movimento de 30. Já a família Ramos apoiava Getúlio Vargas e o movimento. Após o movimento de 1930, Vargas nomeou interventores para os Estados. Para o estado catarinense foi nomeado o gaúcho Ptolomeu de Assis, o que acabou gerando desconforto entre os dois partidos do Estado, que esperavam que um nome Catarinense fosse indicado. O Partido Republicano até tentou articular um nome para indicação, Lucas Boiteux, porém foi logo rejeitado.

No ano de 1932 Ptolomeu de Assis renunciou ao cargo e quem assumiu a interventoria foi seu irmão, o Major Rui Zabarán, que ocupou o cargo por somente seis meses. Durante a estada dos gaúchos na interventoria do Estado há uma trégua nas disputas políticas entre os Ramos e os Konder, que visam ao mesmo objetivo: a saída dos gaúchos da interventoria. Porém, após a saída de Zabarán

quem assumiu a interventoria do Estado foi Aristiliano Ramos, representante da Aliança Liberal, fortalecendo ainda mais a oligarquia da família Ramos e reacendendo as desavenças com os Konder. Com a presença de Aristiliano Ramos na interventoria do Estado Catarinense a disputa entre Ramos e Konder fica cada vez mais evidente. Segundo Zanelatto:

Algumas medidas tomadas no governo de Aristiliano foram marcantes. Anexações e desmembramentos de municípios de Santa Catarina vinham sendo feitas pelos interventores gaúchos e continuaram com Aristiliano. Entretanto, na terceira interventoria as medidas adotadas ultrapassaram o viés técnico e incorporaram o critério político. Aquelas desavenças constituídas durante a República foram reacendidas após o fim dos governos gaúchos (ZANELATTO, 2007, p. 66).

Aristiliano Ramos foi o primeiro interventor catarinense e durante sua administração fez uma série de mudanças que impactaram diretamente em seus adversários políticos: os Konder. O Alto Vale do Itajaí era uma região que sofria uma forte influência da oligarquia dos Konder. Aristiliano iniciou um processo de desmembramento dessa região que deu espaço a novos municípios como: Gaspar, Timbó, Indaial e Dalbérgia, atual Ibirama.

Como apoiador de Vargas, o interventor era adepto ao nacionalismo e a política de nacionalização. Assim, com apoio de Getúlio Vargas os luso-brasileiros representados pela família Ramos, foram despontando na política catarinense, enquanto seus adversários acabaram sendo reprimidos por conta da política nacionalizadora.

Embora essas duas oligarquias dominassem o cenário político durante os primeiros anos da ascensão de Vargas, esse fator não impediu que novos partidos fossem se formando no âmbito estadual, até mesmo porque quando estavam no poder esses dois partidos defendiam interesses próprios, fortalecendo e legitimando sua força e poder.

Segundo Zanelatto (2012), nesse período surgiram outros partidos políticos, como a Legião Republicana, o Partido Evolucionista, a Liga Eleitoral Católica, a Liga pró-Estado Leigo e o Clube 3 de Outubro, porém nenhum obteve a visibilidade que alcançou a AIB, criada em 1932 por Plínio Salgado, conhecida nacionalmente e que obteve grande apoio no Estado Catarinense.

2.3 OS PROCESSOS POLÍTICOS NO SUL DE SANTA CATARINA

Durante o período da Primeira República e também nos primeiros anos após o movimento de 1930 a política catarinense foi comandada por nomes conhecidos no Estado, por grandes oligarquias dos Partidos Republicano e Liberal, não havendo espaço para nomes que não possuíssem algum tipo de prestígio. Todo processo político ambientado em nível nacional e estadual refletiu diretamente na vida das colônias à nível regional. E foi nesse contexto permeado por embates que foi emergindo no estado outros partidos em oposição aos já existentes. De certa maneira, os habitantes das áreas de imigração estavam em desacordo com as políticas atuais, fato que tornou possível o rápido crescimento desses novos partidos.

Um dos partidos da década de 1930 com força e influência no Brasil e também em Santa Catarina foi a AIB, Ação Integralista Brasileira. O partido começou a organizar-se nacionalmente em 1932, mas foi em 1934 que chegou ao Estado Catarinense, inaugurando seu primeiro núcleo na cidade de Florianópolis. A Ação Integralista ganhou espaço rapidamente no estado, conseguindo atrair um grande número de adeptos, principalmente nas regiões de imigração alemã e italiana. Dos 43 municípios do Estado, a AIB estava presente em 39 deles.

Segundo dados apontados por Gertz (1987), Santa Catarina era o terceiro estado do Brasil com maior número de adeptos ao integralismo, perdendo apenas para São Paulo e Bahia. Até a década de 1930 as forças políticas do Estado estavam bem estruturadas, não havendo espaço para participação de outros setores, dessa maneira a AIB surgiu como uma alternativa democrática que possibilitava a participação de todos os interessados, não importando sua origem e condição econômica. A AIB possuía integrantes dos mais diversos níveis sociais, desde operários a empresários (ZANELATTO, 2012).

Quando o integralismo chegou ao Estado em 1934, o Sul Catarinense contava com os municípios de Laguna, Tubarão, Jaguaruna, Imaruí e Araranguá com uma grande diversidade étnica e cultural. Sua população era constituída por luso-brasileiros, açorianos e descendentes de índios e escravos, e era nesses municípios, principalmente Laguna, que estava centrada toda a atividade econômica do Sul do Estado. Possuía também os municípios de Criciúma, Urussanga e

Orleans, que formavam os núcleos coloniais, habitados principalmente por imigrantes europeus e descendentes.

Esses municípios coloniais viviam em um certo isolamento do restante da região, preservando assim seus costumes e criando uma identidade própria. Como já dito anteriormente, essa região resguardava uma quantidade significativa de imigrantes europeus do estado e se organizavam em pequenas propriedades e atividades agrícolas de subsistência.

Durante a Primeira República a chegada dos imigrantes ao Brasil era vista com bons olhos, primeiro por conta da política de branqueamento da sociedade brasileira e também porque imaginava-se que a imigração europeia tiraria o país do atraso e o conduziria para o progresso (ZANELATTO, 2012). No pós-30 essa visão sobre a imigração tomou outro rumo. Em 1934, com a promulgação da Constituição, Getúlio Vargas demonstrou preocupação com a entrada de imigrantes no país. Havia ainda um certo embate entre os lusos que estavam no centro comercial (Laguna, Tubarão e Araranguá) e os imigrantes dos núcleos coloniais (Urussanga, Orleans e Criciúma)⁷.

A revolução de 1930 veio demonstrar o aparecimento, mesmo que embrionário, de um novo potencial oposicionista no estado. [...] as práticas autoritárias dos interventores e os ataques contra as regiões de imigração contribuíram significativamente para o fortalecimento e a ampliação desse potencial oposicionista constituído principalmente por imigrantes alemães e italianos e seus descendentes, que não viam nas tradicionais elites políticas uma possibilidade de representação e, dessa forma, tomaram o integralismo como o canal de sua expressão (ZANELATTO, 2012, p. 75).

Segundo Zanelatto (2012), haviam instalados no estado algumas entidades que visavam difundir italianidade desde o final do século XIX, e a italianidade vinculada ao fascismo (fascios) a partir da década de 1920. No ano de 1934 havia no Brasil 75 fascios organizados, cinco deles estavam localizados no sul do estado, e também a sociedade chamada “Società de Mutuo Socorro Fratellanza Italiana”, que havia sido criada em 1891 e buscava gerar uma assistência entre os núcleos coloniais, havendo até mesmo abertura de escolas para as crianças italianas e descendentes. Porém, a sociedade teve de cessar suas atividades, pois passou a ser vista pelas autoridades regionais e estaduais como uma ameaça ao estado, visto

7 Sobre os embates entre lusos e imigrantes no sul catarinense ver Zanelatto (2012).

que foram acusados de pertencerem ao regime fascista. O principal lema dessa sociedade era:

A promoção dos interesses das colônias e da sociedade em relação ao Brasil e à Itália; fortalecer política e economicamente os núcleos coloniais, manter vivos no coração dos imigrantes os laços de amor para com a pátria Itália, inculcar nos membros dos núcleos que deveriam reunir-se num só fascio, para sustentar-se e proteger-se com eficácia e resultado (ZANELATTO, 2012, p. 144).

Quando Benito Mussolini assumiu o poder na Itália, ele tinha como objetivo difundir uma nova Itália fora dos limites europeus e viu no Brasil uma possibilidade de expansão do seu país, principalmente pelo grande número de italianos vivendo no Brasil. A presença desses fascios presentes no estado era uma forma que o governo italiano tinha para atrair os italianos e imigrantes para o fascismo (ZANELATTO, 2012).

Porém, sua política entrou em choque com a nova política brasileira no pós-30. Os principais adeptos ao fascismo foram as pequenas elites locais, principalmente pelo fato de tentarem receber algum investimento econômico nas colônias, visto que o abandono político e o poder centrado nas mãos das elites lusas não permitiam grande participação política desses grupos.

Conforme Zanelatto (2012), mesmo que os italianos fossem simpatizantes ao regime fascista ainda assim mantinham fidelidade ao Brasil. Dessa maneira o governo italiano encontrou no Integralismo um mecanismo que poderia ser usado para difundir o fascismo no Brasil, até mesmo porque no ano em que o Integralismo começou a se expandir dentro do estado as entidades fascistas já estavam enfraquecidas. “Era desejo do governo italiano uma aliança entre a AIB e Vargas, pois acreditavam que dessa forma se firmaria o fascismo no Brasil” (ZANELATTO, 2012, p. 223).

A força do Integralismo no estado mostrou-se nas eleições de 1936, quando o partido conseguiu eleger oito prefeitos e 72 vereadores, despontando assim como a segunda maior força política em Santa Catarina, sendo mais aceito no Norte e na região do Vale do Itajaí. No sul do estado o Integralismo encontrou mais dificuldades para difundir-se do que no norte. No pós-30 formou-se no sul catarinense uma pequena elite de comerciantes em processo de ascensão econômica e que buscavam uma maior participação política.

Percebe-se nesse período que havia vários descendentes de europeus ocupando cargos executivos municipais. Tomamos por exemplo a cidade de Criciúma, que nos anos 1930 elegeu como prefeito Marcos Rovaris pelos Republicanos, porém com a chegada do movimento na região o prefeito foi deposto e foi nomeado para o cargo Cincinato Naspolini. Em 1933 Aristiliano Ramos assumiu a interventoria do estado e nomeou Elias Angeloni como novo governante da cidade. Angeloni venceu as eleições de 1935 e após o golpe de 1937 Vargas o manteve no cargo até 1945.

No sul os embates políticos estavam centrados entre os liberais e o integralismo. Porém, após o golpe de 1937 que deu início ao Estado Novo a AIB foi posta na clandestinidade e o novo governo de Vargas iniciou um forte campanha contra essas áreas de maior concentração de imigração europeia. A política catarinense na década de 1930 foi permeada por embates políticos tanto em nível nacional como regional.

No Planalto Catarinense e no Vale do Itajaí encontramos duas fortes oligarquias bem desenvolvidas disputando o poder no estado, os Konder e os Ramos, industriais e latifundiários. A AIB desenvolveu-se muito bem principalmente nas áreas de imigração alemã no Vale do Itajaí, área praticamente de eleitores do Partido Republicano, enfraquecendo cada vez mais a oligarquia dos Konder, enquanto os Ramos foram ascendendo gradativamente no Estado.

Já no Sul do estado, apesar do isolamento dos núcleos coloniais, o Integralismo encontrou maior dificuldade em desenvolver-se. Esteve presente, mas não tão forte como nos outros espaços. O sul do estado encontrava-se dividido entre os polos comerciais como Laguna e Tubarão e os núcleos coloniais Criciúma, Urussanga e Orleans. Os centros comerciais eram áreas de domínio político e econômico dos luso-brasileiros, que não queriam perder espaço para os imigrantes e seus descendentes.

Porém, é evidente que no sul havia uma maior participação política dos imigrantes e descendentes do que no restante do estado, por isso a dificuldade de crescimento do Integralismo nessa região, visto que boa parte da população imigrante já estava envolvida nos processos políticos pelo partido liberal, mas esse fato também não impediu a perseguição a esses grupos com o despontar da Segunda Guerra Mundial.

3 SILÊNCIO E MEDO: A NACIONALIZAÇÃO E A SEGUNDA GUERRA NO COTIDIANO DOS DESCENDENTES DE IMIGRANTES

3.1 IDENTIDADES E O PROJETO DE NACIONALIZAÇÃO EM SC

Após a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, foi crescendo uma grande preocupação em torno da nacionalidade e da construção da identidade visando a uma pátria unida e unificada. Com o início do Estado Novo em 1937, período que se estendeu até 1945, as diferenças culturais e étnicas encontradas nas regiões de imigração tornaram-se um problema de segurança nacional, era necessário eliminar as diferenças, criando uma identidade coletiva.

Santa Catarina era um estado marcado pela imigração europeia desde a metade do século XIX. Dessa maneira, era necessário implantar um sistema de normatização e controle dessas populações, e uma das medidas lançadas pelo governo brasileiro como precaução e proteção nesse período foi o processo de nacionalização dos imigrantes, tendo como alvo as escolas. Segundo Silva (2016, p.145), “a escola vinha a ser um lugar estratégico na propagação do ideal de nação que se pretendia nas primeiras décadas do século XX.” Segundo Moraes (2017), os anos entre 1935-1945, período em que Nereu Ramos assumiu o governo do estado catarinense, foi marcado por mudanças significativas no processo educacional do estado, com intuito de diminuir as influências culturais dos imigrantes e descendentes dentro de Santa Catarina.

Nesta perspectiva, foram fechadas dezenas de escolas étnicas e abertas outras dezenas de escolas públicas, municipais ou estaduais, por muitas regiões do estado catarinense, com o objetivo pedagógico de assimilação cultural daqueles que se mantinham sob práticas de costumes diferentes aos propostos pelo Estado, e daqueles que, supostamente, pouco conheciam a instituição escolar e a importância do Estado em suas vidas (MORAES, 2017, p. 214).

Um ponto crucial que necessita entendimento no que diz respeito ao processo de nacionalização da população imigrante e seus descendentes é a necessidade de legitimar uma identidade única para o povo brasileiro e um ideal de nação. Torna-se necessário definir quem é o outro, para que se consiga definir quem é o cidadão brasileiro, quem é o homem e a mulher catarinense.

Marlene de Fáveri (2002) faz uma análise buscando refletir “o nós” e os outros, analisando o lugar que cada um ocupa na sociedade de acordo com sua origem étnica e a necessidade de legitimar uma nacionalidade, um patriotismo brasileiro, um nacionalismo que seja superior aos demais, ou seja, definir o “eu”, o “nós” como bom, e em contrapartida definir “o outro”, que é tudo aquilo que eu não sou.

O “nós” é definido pela construção do outro. Diante do medo da guerra, era necessário “reconhecer o inimigo”, que neste caso estava centrado na figura do imigrante europeu e nos seus descendentes, e também legitimar a figura patriota do brasileiro, em nosso recorte, a figura catarinense. O sentimento de pertencimento identitário é construído através da relação com o outro:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que a memória e a identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 5).

Pollak (1992) aponta que a memória é um ponto essencial na constituição do sentimento de identidade, e que há uma relação fenomenológica entre a memória e a identidade, seja ela individual ou coletiva. A luta pela manutenção de determinada memória e identidade são batalhas que se dão no âmbito político, são processos construídos e legitimados socialmente. Dessa maneira, segundo Pollak (1992), as noções de memória e identidade variam de acordo com a percepção da realidade, é um fenômeno tanto coletivo como individual, sendo que a identidade não é constante, mas está sujeita a variações e mudanças constantes.

Os processos de memória e identidade estão ligados à memória coletiva, que por sua vez legitimam a memória de determinada nação e localidade. “A nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional a forma mais completa de uma memória coletiva” (POLLAK, 1989, p. 3). Dessa maneira, forjar uma identidade nacional única e uma memória de um passado comum a todos os cidadãos da nação é uma maneira de construir um sentimento identitário igualitário a todos os indivíduos, uma memória e uma identidade gerada através de discursos oficiais, que são permeados pelas disputas de memórias. Enquanto algumas memórias e

identidades são exaltadas no meio dessa disputa, outras são fadadas ao silêncio e ao esquecimento.

O Estado de Santa Catarina era/é um estado com grande diversidade étnica e cultural, e não há como dizer o que é um indivíduo tipicamente catarinense, pois não existe uma identidade única, era/é um estado marcado pela heterogeneidade. A identidade de determinada localidade é uma tarefa árdua para definir-se, pois a identidade não é fixa, ela é sempre mutável, varia de acordo com a necessidade e relações sociais.

Mesmo que o desejo de determinar uma identidade típica acompanhe os discursos políticos, determinar a identidade catarinense não é um processo fácil. Esse é um discurso que procura legitimar-se desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina⁸, em 1893. Embora difícil definir a identidade, o discurso adentra no imaginário dos indivíduos, fazendo brotar em cada catarinense um sentimento de pertencimento e de ligação com sua terra natal, e a identificação da figura do imigrante e seus descendentes.

Dependendo ou da identificação étnica, ou do lugar social, as representações se diferenciavam, afinal, "nós e os outros" é uma construção histórica que imprime um lugar social; no tempo da guerra as fronteiras ficaram mais expostas (FÁVERI, 2002, p. 283).

A política de nacionalização atingiu violentamente o estado de Santa Catarina. Entre 1930 e 1945 a região catarinense abrigava uma grande concentração de imigrantes, sendo comuns as escolas destinadas a atender essa população, imigrantes e descendentes. Devido à grande diversidade cultural dos povos vindos para o estado, as escolas tinham suas particularidades em costumes, dialetos e organização social.

No sul do estado muitos desses núcleos coloniais viviam desassistidos, sem subsídios do governo brasileiro. Esse fato fez com que as comunidades desenvolvessem certa autonomia em relação à educação de seus filhos, e a organização da escola era de acordo com as necessidades da comunidade e conservando aspectos de sua cultura. Por isso era necessário intervenção do

8 O Instituto Histórico e Geográfico foi criado com o intuito de criar e legitimar uma identidade tipicamente catarinense, usando características da geografia e da história do estado. Segundo Serpa (1996), a intenção do Instituto era organizar, elaborar e publicar a história do estado, história que daria força a um discurso, que seria usado tanto na esfera política quanto na esfera acadêmica.

governo federal a fim de nacionalizar essa população e levando-a à assimilação da cultura brasileira e ideal de nacionalismo almejado por Vargas. Somente no ano de 1938 foram fechadas mais de 137 escolas no estado catarinense.

A questão da nacionalização era candente no território catarinense graças à presença maciça de imigrantes, especialmente alemães, italianos e poloneses, organizados em instituições comunitárias, como as escolas (SILVA, 2016, p. 161).

Dessa maneira, Silva (2016) aponta que uma das estratégias dirigidas por Getúlio Vargas foi a distribuição de material didático para disseminação de seu ideal de nação:

Por ter sido a escola vista pelo ministério como caldo de cultura para a tarefa de inculcação do nacionalismo disseminou as cartilhas de “Getúlio Vargas para as Crianças” que se apresentam como suporte de propaganda destinada às instituições escolares, principalmente as do sul do Brasil (SILVA, 2016, p. 156)

De acordo com Campos (2008), a intervenção do Estado Novo nos ideais de brasilidade tinha o objetivo de moldar sentimentos e comportamentos cotidianos, integrando esses imigrantes e seus descendentes aos moldes da sociedade almejados pelo governo de Vargas. Porém, boa parte dessa população resistiu às ideias do Estado Novo fazendo resistências às campanhas de nacionalização impostas pelo governo. A campanha de nacionalização no estado de Santa Catarina adquire não somente um caráter étnico e cultural, e vai além da homogeneização da língua e dos costumes, mas perpassa também pelo viés político por conta dos poderes dos partidos crescentes no estado.

Nessa perspectiva, diferenças de importância e participação tanto política quanto econômica, e não somente aspectos culturais ou étnicos, devem ser levados em conta para compreender os motivos de uma intervenção mais intensa nas regiões coloniais de Santa Catarina do que nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul e Paraná. Nesses dois estados, as regiões coloniais não possuíam a importância política e econômica que as regiões coloniais de Santa Catarina tinham durante o Estado Novo (HACKENHAAR, 2014, p. 4).

Como visto anteriormente, até 1930 o poder político estava centrado na oligarquia da família Konder, descendentes de teuto do Vale do Itajaí, pertencentes ao PRC e seus opositores do PL, os Ramos, lusos, oriundos do Planalto catarinense. A família Ramos apoiadora de Vargas viu no projeto de nacionalização

uma maneira de enfraquecer seus opositores políticos, desmantelando seu prestígio político no estado.

Durante o Estado Novo Getúlio Vargas sancionou uma série de decretos de maneira a normatizar e controlar as populações estrangeiras. Segundo Juvêncio (2017), essas leis e sanções foram uma maneira encontrada de propagar um ideal nacionalista e padronizar o ensino patriótico. Em 25 de janeiro de 1938 foi criado o decreto 2265, que “Constitue uma Comissão afim de estudar leis necessárias para regular a entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros”⁹.

No mesmo ano foram criados ainda os decretos 383¹⁰, que proibia a participação política de estrangeiros no país, e o decreto 406¹¹, que visava controlar a entrada de imigrantes no Brasil, o 868¹², que diz respeito à criação da Comissão Nacional do Ensino Primário, que visava nivelar o ensino em todo território nacional, de maneira a assimilar as populações estrangeiras aos ideias de brasilidade, identidade e cultura brasileira. Porém, foi a partir de 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, que as diferenças étnicas ficaram mais acirradas dentro do estado catarinense, e o imigrante europeu passou a ser visto como inimigo.

De acordo com Macedo (2007) durante o processo de nacionalização muitos professores foram afastados de suas obrigações ou mesmo expulsos do país. E referente a escola, a autora coloca que entre os anos de 1937 e 1938 houve uma grande queda no número de escolas particulares dentro do estado, de 661 para 125, e em 1943 passa para 105. As políticas de nacionalização implantadas por Vargas iam além do sistema escolar, atingindo também o mundo do trabalho:

9 Decreto 2265 de 25 de janeiro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2265-25-janeiro-1938-345763-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 Set. 2018

10 Decreto 383 de 18 de Abril de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 Set. 2018

11 Decreto 406 de 4 de maio de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 Set. 2018

12 Decreto 868 de 18 de novembro de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-868-18-novembro-1938-350829-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 Set. 2018

Os decretos que trataram de nacionalizar e controlar as funções trabalhistas sucederam-se. Em julho de 1939, foi regulamentada a associação em sindicatos, e em dezembro do mesmo ano, um decreto tratou da nacionalização do trabalho e da proteção ao trabalhador nacional, fixando um mínimo de dois terços de nacionais para o total de funcionários de qualquer estabelecimento industrial ou comercial. O decreto-lei n. 4.638, de agosto de 1942, facultava “a rescisão de contrato de trabalho com súditos das nações com as quais o Brasil rompeu relações diplomáticas ou se encontra em estado de beligerância”, o que desencadeou uma onda de denúncias e pedidos de demissão de alemães, italianos e japoneses (MACEDO, 2007, p. 169).

Todas as políticas, leis e sanções implantadas pelo Estado Novo estavam cerceando os direitos dos imigrantes e seus descendentes, tentando legitimar a figura de um cidadão genuinamente brasileiro, patriota, com uma identidade una e comum a todos. Dessa maneira estava-se legitimando o brasileiro e apontando para o inimigo, que seria o imigrante, que por conta de seus hábitos e costumes diferentes não estava encaixado no ideal de cidadão almejado por Getúlio Vargas.

3.2 CONSTRUÍDO O “INIMIGO”

Durante o período da Primeira República o Brasil alimentava um discurso positivado diante da imigração, visto que o europeu era tido como trabalhador e ordeiro, logo, a imigração era uma maneira do país superar o atraso em que se encontrava e também “apagar da sociedade brasileira os traços indígenas e africanos” (ZANELATTO, 2015, p. 388). De acordo com Campos (1998), devido ao isolamento das colônias muitas comunidades eram autossuficientes, não somente no que tange à economia, mas também nas particularidades do seu cotidiano.

Cada colônia mantinha seus próprios costumes e entretenimento. Era comum entre os alemães, em especial do Vale do Itajaí, sociedades de tiro, ginástica, grupos folclóricos. Essas sociedades organizavam palestras, jogos, competições esportivas, práticas que surgiam de maneira autônoma sem interferência do estado brasileiro. Essas práticas estavam associadas às lembranças da sua pátria de origem e divergiam das práticas encontradas em território nacional. Esses grupos possuíam sua própria identidade, sua língua era diferente, da mesma maneira que suas práticas culturais (CAMPOS, 1998).

Essa independência em relação ao governo brasileiro fez com que a visão do imigrante bom e trabalhador fosse transformado em inimigo do estado. Segundo

Gertz (1987), entre os anos de 1933 a 1938 o Brasil realizava uma série de transações comerciais com a Alemanha, e também possuíam uma boa relação política. Vargas enviava para a Alemanha carregamento de café e a própria polícia brasileira colaborava com a Gestapo.

Ainda de acordo com Gertz, mesmo com a política de nacionalização presente no Brasil, até 1938 os dois países queriam evitar atritos. Porém, a pacificidade entre os dois países foi ficando mais difícil, especialmente num tempo de tensão e ânimos exaltados por conta da guerra iniciada em 1939 e depois a entrada no Brasil na Segunda Guerra Mundial, no ano de 1942. Após o Brasil juntar-se aos Aliados, os imigrantes passaram a ser vistos como inimigos e súditos do eixo, italianos acusados de compactuarem com o fascismo e os alemães de serem adeptos ao nazismo.

Com o alinhamento do Brasil aos Aliados e contra o Eixo, em janeiro de 1942, recrudescer a perseguição aos imigrantes e descendentes residentes no Brasil, sendo alemães identificados com o nazismo e atuantes na causa de Hitler, em favor da Alemanha, assim como os italianos, ao fascismo de Mussolini (FÁVERI, 2002, p.160).

Identificados como inimigos da nação, além da política de nacionalização, o governo lançou uma série de medidas e perseguições contra os imigrantes e seus descendentes. A própria imprensa teve papel importante na disseminação da imagem do europeu como inimigo. O jornal “A imprensa”, de Tubarão, do dia 06 de dezembro de 1942, um mês antes da entrada do Brasil na guerra, traz a seguinte manchete: “O Brasil contra o nazismo”:

Iniciamos hoje a publicação de uma reportagem sensacional sobre a ação do nazismo no sul do Brasil. Trata-se de um relato palpitante que denuncia o trabalho infatigável desses inimigos da nossa soberania. Alucinados pelo próprio mito da superioridade racial e ansiosos por transformar as zonas de colonização alemã em simples feudos de Berlim, não hesitaram os agentes do Reich ante qualquer processo: propaganda, suborno, represálias, de tudo lançaram mão a fim de atingir seu objetivo (A IMPRENSA, 1942).

A edição deste jornal traz uma reportagem que trata da inserção do nazismo nas zonas de imigração alemã e do perigo que isso poderia causar ao estado brasileiro, devido à política de expansão mundial almejada pelo Nazismo. No estado havia simpatizantes ao nazismo e fascismo, porém a imprensa usa de seu poder de

maneira a formar e manipular opiniões, dando legitimidade à figura do inimigo que estava se construindo no estado.

Fáveri (2002) demonstra um série de denúncias falsas, boatos que circulavam pela imprensa no norte do estado que resultaram em prisões e perseguições dessa população imigrante e também causando medo do “outro” na população brasileira, alimentando o imaginário com o medo do imigrante. Ressaltando que em grande número as denúncias e rumores que circulavam na imprensa não eram verdadeiras.

Segundo Fáveri (2002, p. 167), “a política repressiva dominava todo o país e retirava qualquer direito de defesa. Mesmo sem provas, muitos homens e mulheres eram detidos nas cadeias locais ou levados à penitenciária”. A lógica ia pelo caminho da suspeição, não necessitando de provas, o simples fato de ser um imigrante em terras estrangeiras fazia do indivíduo um inimigo de guerra (MACEDO, 2007)

A presença do inimigo passou a ser rotineira no cotidiano da sociedade, o medo assombrava a população, que se sentia ameaçada pela presença dos imigrantes. Muitos eram chamados de “quinta-colunas” e nem mesmo as crianças escapavam dos xingamentos, e mesmo entre eles já iam se estabelecendo as fronteiras entre o “mocinho” e o “bandido”.

Uma série de modificações e enfrentamentos foram se constituindo mediante a legitimação da figura do imigrante como inimigo no período da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Macedo (2007, p. 134), os “súditos do eixo eram considerados indesejados e foi construída e difundida uma ampla propaganda ideológica” contra os imigrantes e descendentes, fazendo com que eles fossem atacados por diversos atos repressivos como apedrejamentos, pichações, seus estabelecimentos comerciais foram alvos de quebras de placas, demissões, ofensas, expulsões, confisco de bens, prisões, trabalhos forçados, isolamentos, silenciamento e torturas, até mesmo nos cemitérios houve quebra de lápides de imigrantes.

Houve uma série de enfrentamentos vivenciados por esses imigrantes e seus descendentes. Os imigrantes tiveram ainda seu direito de ir e vir cerceado pelo salvo-conduto, se quisessem viajar a trabalho ou a passeio deveriam pedir permissão e obter esse documento oficial que deveria ser renovado a cada nova viagem, e muitas vezes era negado.

Era necessário pagar ainda uma taxa de mil réis e mais duas fotos, o que dificultava ainda mais a locomoção dessa população devido ao alto custo do

documento (FÁVERI, 2002). Macedo (2007, p. 152) aponta que “em 1942, foram expedidos 8.726 salvo-condutos a nacionais e 481 a estrangeiros”. Ainda de acordo com Macedo, os números demonstram que a locomoção ia além da obrigatoriedade da utilização dos salvo-condutos.

Estes requerimentos, encaminhados aos órgãos da Ordem Política e social, mostram que para os estrangeiros e descendentes a vida cotidiana estava absolutamente intrincada de redes de controle; vivia-se às sombras do silêncio com a lei à porta, ou tendo que ir à porta da lei para poder mover-se (FÁVERI, 2002, p. 298).

Outro mecanismo de controle usado nesse período foram os campos de concentração. Segundo Macedo (2017), durante a Segunda Guerra Mundial havia 11 campos de concentração nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Este número, adotado na historiografia acerca do tema, corresponde ao discurso oficial que nomeava assim determinados estabelecimentos prisionais. Além desses, aos quais as autoridades referiam-se nominalmente, existiram outros locais de confinamento, alguns dos quais têm tido sua história emersa apenas recentemente, enquanto outros possivelmente ainda permanecem submersos, aguardando novas pesquisas (MACEDO, 2007, p. 194).

No sul de Santa Catarina, segundo Zanelatto e Gonçalves (2013), a localidade de Timbé do Sul, situada no Vale do Araranguá, foi uma das localidades com campos de concentração para os presos políticos. Esses campos foram instalados no estado após a declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha.

Nesta perspectiva, os campos de concentração brasileiros representam mais um dos mecanismos repressivos do governo estado-novista, legitimado pelo estado de guerra na Europa, no qual o país vivenciava. Com a nacionalização e a guerra, os elementos considerados estrangeiros presentes em seu território precisavam ser combatidos (ZANELATTO e GONÇALVES, 2013, p. 3).

Tudo na história tem facetas múltiplas e os campos de concentração tendem a ser estereotipados de acordo com aqueles encontrados na Alemanha, porém cada localidade possui suas particularidades e os campos encontrados no estado diferem daqueles. O campo de concentração é um mecanismo de poder, autoritário, que tem por objetivo afastar da sociedade o indivíduo que representa perigo e que necessita de controle absoluto. (PERAZZO, 2009, apud ZANELATTO, 2013).

Muitas vezes o perigo ainda não estava definido, mas qualquer suspeita servia para levar o indivíduo ao confinamento, até mesmo o fato de alguém possuir um rádio transmissor já bastava de motivo para torna-se suspeito, pois através dele supõe-se que poderiam comunicar-se com a Alemanha ou a Itália.

Naquele período, as prisões baseavam-se na lógica da suspeição, sendo que qualquer coisa poderia servir como motivo para incriminar o “inimigo”, ou seja, primeiro buscava-se prender e depois investigar se o preso tinha ou não culpa. (ZANELATTO, 2013, p. 12).

Na cidade de Forquilha um dos nomes conhecidos vítima dos campos de confinamento é o do professor Jacob Arns. Suas memórias estão registradas no livro “Saga de uma família Teuto-Brasileira – Registro e vida de um professor de colônia”, escrito por Walburga Arns Silva. No livro, a autora traz com minúcias as memórias deixadas pelo professor. SILVA (1998) coloca que os tempos que antecederam a prisão do professor eram tempos de insegurança e na escola havia sempre um aluno de vigia para avisar se algum inspetor estava chegando. A vida social dos imigrantes e seus descendentes estava se modificando.

Muitas escolas particulares ou paroquiais mantidas pelas comunidades se transformaram em escolas estaduais. Houve intervenção em associações, agremiações; o controle de reuniões públicas, onde o uso da língua estrangeira era proibido, aumentou. Havia censura às transmissões radiofônicas em língua estrangeira. Tornaram-se comuns as invasões a domicílio em busca de materiais, prisões e interrogatórios a pessoas consideradas suspeitas pela polícia. Uma onda de destruição de documentos, livros e revistas, principalmente aquelas escritas em alemão e italiano, varreu os estados brasileiros onde a imigração de populações daquelas duas nacionalidades se fizera presente (SILVA, 1998, p. 156).

O professor foi preso logo após a declaração de entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, em 1942. Após a prisão Jacob Arns e outros presos foram levados para Criciúma, onde ficaram confinados sem comunicação por 10 dias. Após esse período o professor foi levado para Florianópolis e de lá para um campo de concentração.

Os prisioneiros realizavam trabalhos forçados, para dormir não havia cobertores nem travesseiros e o alimento que chegava, muitas vezes, vinha mofado. Muitos desses prisioneiros adoeciam por conta da má condição em que viviam nesses campos (ARNS, 1998). O professor ficou confinado entre os meses de agosto e dezembro de 1942, mas mesmo após ser solto não pode mais exercer sua

profissão. Mesmo após o término da Guerra e o fim do Estado Novo, a situação dos imigrantes e descendentes encontraria outro problema: a reinserção social:

Além disso, a sociedade brasileira muitas vezes contribuiu para dificultar esse processo de readaptação, pois toda a mística construída pelo governo os tratou durante mais de meia década como inimigos efetivos, ou, no mínimo, como perigosos e traidores em potencial. A mentalidade implantada pelas autoridades não se desfez automaticamente com o fim da guerra, e os conflitos sociais continuaram a emergir, algumas vezes com mais força (MACEDO, 2007, p. 200).

Muitos deles quando foram soltos haviam perdido seus bens, seus empregos e família. A visão em torno dos imigrantes e descendentes propagados durante o período da guerra ainda estava alojado na sociedade. Segundo Macedo (2007) os “conflitos sociais continuaram a emergir” e mesmo após o fim da guerra as perseguições e depredações contra estabelecimentos pertencentes a imigrantes e descendentes continuaram existindo. A guerra havia terminado oficialmente, mas na sociedade catarinense ainda estava latente a figura do inimigo.

3.3 ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: OS DESCENDENTES DE IMIGRANTES NARRANDO SUAS EXPERIÊNCIAS

Michel de Certeau vai dizer que o cotidiano é o lugar da invenção, o lugar em que as pessoas comuns em sua invisibilidade enxergam o mundo a sua maneira. O cotidiano é o lugar das múltiplas interpretações, e também no cotidiano que se desenvolvem as resistências, as práticas ordinárias que tentam por sua criatividade fugir dos padrões impostos pelas autoridades.

O cotidiano é o lugar dos personagens ocultos (CERTEAU, 2002), e são justamente a esses personagens ocultos e desconhecidos pela historiografia que pretendemos dar visibilidade neste tópico. Perceber os sujeitos, e como os acontecimentos em grande escala modificam não somente a história política e econômica, mas também a vida das pessoas em seu cotidiano.

“No cotidiano está anunciada a possibilidade do não previsto, ou lugar onde as regras são constantemente quebradas, onde aquilo que parece ser de um jeito se abre para o inusitado” (FÁVERI, 2002, p. 281). E foi no cotidiano que buscamos as informações para compor este capítulo, com a colaboração daqueles que se

propuseram a romper o silêncio e contar suas memórias. Entre lembranças ditas e não ditas, subjetividades vão surgindo, tecendo a trama da história.

O entrevistado A,¹³ relata que no bairro Verdinho, localizado na cidade de Criciúma, moravam italianos e brasileiros, vivendo e interagindo de forma amistosa, segundo ele os descendentes de alemães em sua maioria moravam na cidade de Forquilha. Ao ser questionado quem era o italiano e quem era o brasileiro, ele diz que era através da língua, italiano era quem falava italiano, independente de já ter nascido em terra brasileira, e brasileiro era aquele que falava o português, mesmo sendo descendente de italiano.

Na comunidade do Bairro Verdinho relata que a repressão maior dava-se pela língua, era proibido falar a língua italiana ou qualquer dialeto. Era obrigatório falar português, correndo até mesmo o risco de ser preso. A palavra que ele usa para descrever a necessidade de falar uma língua desconhecida é sofrimento:

Quem não sabia falar brasileiro sofria, porque tinha que falar brasileiro, mas quem não sabia, sofria muito, Possamai, aquilo era italiano mesmo, não sabia falar brasileiro. A falecida nona também não sabia, o falecido pai, era proibido de falar italiano e tiveram que começar a falar o brasileiro aí nós aprendemos tudo. Eles prendiam, se eles vissem três, quatro italiano falando ali, que chegasse a turma da pesada, eles levavam.

O fato de o sul do Brasil abrigar uma grande quantidade de imigrantes torna-se um problema nacional no contexto da guerra, que obriga o governo a posicionar-se mediante a situação.

A situação política causada pelo conflito mundial colocou a problemática da assimilação dos descendentes de imigrantes no Sul do país como problema nacional a ser resolvido, o que implicou a intervenção do governo federal (NASCIMENTO, 2009, p. 137).

Como aponta Nascimento (2009), esse processo deu-se não somente no norte de Santa Catarina ou no sul, mas envolveu também outros estados da região sul brasileira¹⁴.

13 Agricultor, nascido em 30 de junho de 1939, descendente de italianos, morador de Criciúma, sua família veio de Verona em meados de 1880, instalando-se primeiramente na região de Nova Veneza, mais tarde mudaram-se para a região, conhecida hoje por Verdinho.

14 Werle (2011), em seu estudo sobre o processo de nacionalização na região de Estrela, no Rio Grande do Sul, focando na imigração alemã no estado do RS, trabalha analisando a construção da identidade no período do Estado Novo, 1937-1945.

O entrevistado A, relatou também a respeito da presença do inspetor em sala de aula, de maneira a verificar, de fato, se os professores estavam realmente lecionando a língua portuguesa. Falou ainda a respeito do comunismo, que era proibido usar camiseta vermelha por conta dos comunistas, ele aponta que não entende por que, somente que era proibido.

Na escola vinha o inspetor uma vez por mês, e ficava ali duas, três horas, depois montava o cavalo e ia embora. Se alguma criança falasse italiano, tinha que ensinar a falar brasileiro. Os Possamai falavam só italiano, o Possamai dava trabalho, porque não podia falar o italiano, mas ele não sabia o brasileiro. As professoras eram italianas, dos Pavei, casou com os Daltoé, mas falava brasileiro. E quem usava uma camisa vermelha era preso também, por causa dos coiso, dos comunista. Os comunistas antigo andavam tudo de roupa vermelha. Mas a gente nem sabia de nada, usava por usar né, mas não podia, não podia usar a camisa.

A entrevistada B,¹⁵ nasceu no dia 21 de outubro de 1933, na comunidade do Caravaggio, atualmente distrito do município de Nova Veneza, localizado no sul do estado catarinense. Assim como o Entrevistado A, relata as dificuldades que tinham em relação à língua falada:

A escola era só até o terceiro ano ali, a escola era brasileira né, e quando nós íamos na escola nós éramos obrigado a falar brasileiro. Mas nós não sabia né, falar. Lá na minha casa aprendi italiano, só que a gente não podia falar italiano por causa que os brasileiros ficavam atentos, era perigoso porque não podia e daí nós tinha que aprende assim né. Se falasse italiano ai meu Deus.

Na região, a Entrevistada B relembra que a repressão ia além dos limites da escola, também dentro de casa, onde lembra que o pai tomava cuidado com qualquer coisa que remetesse ao seu país de origem. Segundo Fáveri (2003), essa perseguição aos simbolismos que os ligavam à terra de origem era uma maneira de tentar eliminar qualquer união com sua terra natal.

Tinha gente que vinha em casa, o meu pai ele tinha bastante coisa e ele guardava os caderno dos filho numa caixa, eu acho que era porque era escrito italiano e tinha fotografia lá da Itália, do Mussolini, umas armas assim. Esconderam tudo debaixo do assoalho, porque tinha medo né, se eles vissem né, levavam tudo. Depois foi indo, indo, todo mundo começou falar.

15 Descendente de italianos, nascida em 21/10/1933. Seu pai veio da Itália ainda quando criança com seus avós na década de 1890.

A política de nacionalização atingiu fortemente a região, todas as famílias entrevistadas revelaram a repressão por conta da língua de origem. No município de Siderópolis, a Entrevistada C¹⁶ relembra sua infância e as memórias de família juntamente com sua filha. A mãe nascida em 1926 rememora lembranças marcantes da época da Segunda República, e sua filha relembra as memórias e histórias de infância vividas por ela e seus irmãos mais velhos no pós-guerra e as marcas que esse período deixou nas chamadas “pessoas de origem”.

Uma das principais lembranças da Entrevistada C foi a questão da língua e a proibição do idioma italiano. Ela conta que começou a frequentar a escola com nove anos, até então aprendia o idioma dos pais, o italiano, e conta da dificuldade que enfrentaram por conta da política de nacionalização e a obrigatoriedade de aprender a língua brasileira, caso contrário corriam o risco de ser presos:

Na escola aprendia brasileiro, o pessoal falava tudo o italiano mas dentro da escola só brasileiro, aí depois não deixavam falar nem na rua, porque tinha que aprender o brasileiro. Teve uma vez aqui em Siderópolis ninguém mais podia falar italiano, e era por tudo, tanto que ia preso se eles encontrasse falando italiano. Antes a gente ia na missa, depois se encontrava naquele bolinho né, e ficava falando italiano, mas aí não podia mais, ia pra cadeia. E na escola não era tão fácil pra nós, nós não sabia.

Sua filha relembra as histórias deixadas pelo pai, já falecido, nascido em 1917. Essas memórias por elas lembradas, são as chamadas “memórias herdadas” ou “vividas por tabela”. Que diz respeito às memórias construídas coletivamente e passadas de geração em geração, que faz com que o indivíduo internalize essas memórias como sendo suas (POLLAK, 1989). Ela conta que o pai chegou a apanhar porque não sabia falar português e também a rivalidade que se criava em torno da figura do imigrante e do brasileiro:

Eu lembro que o pai contava essas histórias da guerra. O meu pai ele contava, ele falava muito assim, que não sabia falar brasileiro, chegou a apanhar, o pessoal vinha e batia, então criava-se uma rivalidade interna. O brasileiro mesmo, nato, não permitia que italiano falasse italiano no Brasil, então tinha assim essa repressão muito forte, então se evitava ir na missa, evitava bolinho, teve um pessoal que foi preso, mas era uma condição deles, porque não sabiam falar brasileiro. Não podia nenhum tipo de manifestação, cantarolar, festas, a cultura, a disseminação da cultura nessa hora era, era um risco. Aí por isso tu tem comunidades fechadas, bairros

16 Moradora da região de Siderópolis, nascida em 21/12/1926. Seu avô veio da Itália, da região de Belluno, estabelecendo-se primeiramente na região de Cocal do Sul, depois no Morro da Gávea na região de Jacinto Machado, posteriormente estabeleceu-se em Siderópolis, onde sua família reside até os dias atuais.

assim aqui é mais italiano, mais alemão, mais polonês, era uma maneira de se proteger. As pessoas te deduravam, existia muita rivalidade entre o brasileiro e o italiano, porque o Brasil estava em guerra.

Após o término da guerra, ainda pairava no ar o medo do inimigo criado por Getúlio Vargas e a volta à sociedade desses imigrantes não ocorreu tão rapidamente. A Entrevistada teve seu primeiro filho em 1945 e o último em 1972. O primeiro nascido no ano do término da guerra e o mais novo 27 anos após seu término.

A filha da Entrevistada C, é a penúltima filha, nascida em 1964, conta as lembranças de escola de seus irmãos mais velhos e os resquícios ainda em seu tempo de escola no início da década de 1970. Apesar de seus pais e avós terem vivido num processo violento de nacionalização, a língua era muito forte em suas comunidades, sendo preservada. Seus irmãos mais velhos, inclusive ela, foram criados aprendendo o italiano, principalmente com os avós. Ela destaca:

E não era só eu, todo mundo que tinha avó que morava junto em casa. Eu nasci em 1964, a gente sofria muito, as pessoas xingavam de italiano porco, papa polenta, italiano sem vergonha e nessa época nós não falávamos o português em casa. E ai de quem falasse italiano na escola. Educação física tu nunca era escolhido. Os meus irmão mais velhos, eles contam que tinham bastante dificuldade na escola porque, como o idioma mesmo, era o italiano falado, mas na escola era o brasileiro, tinha muita dificuldade assim de assimilar. Se tu for falar com meus primos todos eles vão te contar a mesma história, todos eles passavam isso na escola, eles riam da tua fala, da tua roupa, da tua cultura, da tua comida.

Marlene de Fáveri (2002) demonstra em suas pesquisas que o clima de tensão e medo estava também representado na fala das crianças que incorporavam as falas ouvidas em casa ou na rua, e mesmo sendo pequenas estabeleciam barreiras, fronteiras como forma de demarcar as diferenças. “A etnicidade é também um aprendizado e tem raízes nas representações que aprendemos desde que nos educamos”. E essas diferenças estabelecidas entre 1930 e 1945 foram além deste recorte temporal, como percebemos, perdurando ainda num período pós guerra.

O entrevistado D¹⁷, morador da cidade de Forquilha, no sul do estado, relembra de seus tempos de criança o processo de nacionalização na cidade onde morou:

17 Entrevistado D, morador da cidade de Forquilha. Filho de pai de descendência alemã e mãe de descendência italiana. Entrevista concedida aos professores João Henrique Zanelatto e Paulo Sérgio Osório.

[...] A escola era totalmente alemã, só alemã, eu aprendi o alemão na escola em Forquilha. Escola particular dos colonos da Forquilha, onde hoje é a escola da sagrada família das irmãs. [...] Eu tinha professoras da Alemanha, eu me lembro bem em 1942 durante a segunda guerra mundial, aí veio a proibição, aí tiraram, prenderam as professoras e tudo.

O Entrevistado D comenta que naquele tempo o medo pairava e qualquer movimento poderia ser visto como suspeito e acabar em prisão. Segundo Zanelatto e Gonçalves (2013), a posse de aparelhos de rádio era uma forte motivação para tornar o imigrante e seus descendentes suspeitos, pois as autoridades brasileiras temiam que houvesse comunicação com os países do eixo via rádio. Sobre isso seu Apolinário comenta:

Eu em casa, o meu pai, nós já tinha um rádio de bateria, e escutava pelo rádio, a guerra, a segunda guerra mundial da Alemanha. Escutava, e eles falavam em alemão e nós entendíamos. E durante o dia nós tínhamos duas taquara que nós botava um fio no ar pra ela pegar como antena, de dia nós tirava tudo pra ninguém ver nada, porque a gente tinha medo de tudo. Em 1945, 1942.

Segundo o Entrevistado D, a cidade de Forquilha sofreu uma dura repressão nos tempos da guerra, por conta da nacionalização e também das prisões baseadas na lógica da suspeição, em suas memórias ele relembra a história do professor Jacob Arns:

O professor Jacob Arns foi preso, foi levado pra Florianópolis, ficou um mês em Florianópolis, depois ele voltou para Forquilha [...] e ele não quis mais ficar na região aqui e ele foi embora pra Cruz Alta no RS, depois faleceu lá. [...] Foi preso o alfaiate Ricardo Steiner [...] não chegaram a prender Ricardo Steiner, só pegaram todos os livros e uma espingarda que ele tinha em casa. [...]. Por causa daquela guerra, da Segunda Guerra Mundial, que era tudo contra o italiano e o alemão, foram muito judiado, não podia nem falar, foram tudo se esconder.

Inferimos que, em algumas falas é possível perceber que apesar de toda perseguição e cerceamento houve uma resistência em torno desses descendentes de imigrantes. A historiografia local nos mostra indícios que havia na região imigrantes simpatizantes aos regimes nazifascistas. Porém em nenhuma das entrevistas encontramos qualquer relato em relação a isso, a não ser pequenos retalhos, fragmentos, que remetem à algum tipo de ligação com o país de origem. Conforme o Entrevistado B nos conta, seu pai guardava alguns itens de origem

italiana e fotografias do Mussolini, e o entrevistado D, à respeito do rádio que era ligado às escondidas para ouvir notícias da Alemanha e da guerra. Além do silêncio apontado por Pollak (1989) encontramos também o “não-dito”:

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento.¹⁷ Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (POLLAK, 1989, p. 6)

Pollak (1989) aponta ainda para as fronteiras estabelecidas entre o dizível e o indizível, entre aquilo que os indivíduos conseguem confessar ou não. Num período de perseguição, de guerra, de condenação, as memórias “não-ditas” ficam guardadas no silêncio, estabelecido entre aquilo que pode ou não pode ser contado. Entre o dito e não dito, abre-se um leque de questões que podem ser interpretadas de maneiras diferentes, tanto por aquele que decide não contar, tanto por quem ouve as minúcias e as subjetividades contidas nas entrelinhas das falas. Cabe ao historiador problematizar não apenas as falas, mas a negação dela também.

A guerra e a presença do inimigo dentro do território nacional, em especial nas regiões de colonização europeia como o estado catarinense, alterou o cotidiano, e o medo do diferente pairava no ar. Os imigrantes e seus descendentes, além de viverem o medo por conta de um possível ataque por conta da guerra, ainda lidavam com a perseguição por serem vistos como intrusos dentro do território brasileiro.

Um enfoque que Marlene de Fáveri (2002) trabalha em relação a guerra na região é essa questão do medo. A maneira como medo transforma o cotidiano das pessoas e consegue mexer com o imaginário de uma população, trouxemos como exemplo o depoimento do Entrevistado E¹⁸:

Ali era assim, lá em Pindotiba naquela época era tudo lamparina né, que se diz. E apagava a luz porque podia passar um avião de inimigo por cima e vê uma luz e solta uma bomba então é por isso que era apagado. Então o pessoal apagava a luz que se tinha. A noite só se via as estrelas mesmo, mas era apagado até fogo no fogão, eles evitavam botar muito pra não ter uma fumacinha alguma coisa que viesse chamar atenção, porque ali eles podiam avisar e vim um caminhão de exército inimigo e invadir as casas.

¹⁸ Nascido em 13/06/1950, aposentado, natural da Pindotiba, descendente de Lusos, atualmente morador de Criciúma.

O pessoal evitava muito a sair pra evitar a bandidagem que podia vim pela estrada a noite caçando gente e mata alguém.

O Entrevistado E, é descendente de Luso, natural da Pindotiba. Relata ainda que na cidade a vivência entre os descendentes de italianos, alemães e os brasileiros viviam de forma amistosa, pacífica e tranquila. Mas o medo mediante a guerra e de um suposto ataque pairava no ar.

Então, só que lá não teve assim tumulto, é mais longe, estrada de chão, não tinha asfalto, as estrada é tudo estreita para passar caminhão era ruim, tinha o trem então a única coisa que tinha o trem que partia de Imbituba ia até Lauro Muller, trem de passageiro, só que não viajava de noite era de dia, de dia todos os troles era obrigado a fazer uma ronda nos trilhos pra ver se não tinha obstrução ou bomba ou alguma coisa.

A tensão da guerra vivenciada no cotidiano de cada população apresenta singularidades que só são possíveis de serem encontradas adentrando nas memórias e lembranças. Como aponta Pollak (1989), a história oral adentra nas “memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”. São essas memórias guardadas, lembranças muitas vezes traumáticas, que vêm à tona em momentos adequados. Também são essas memórias permeadas pelo presente sendo ressignificada pela vivência e trajetória de quem as carrega.

Cada população presenciou e internalizou o período entre 1930-1945 de uma maneira diferente, pois a cada indivíduo estava imposto um enquadramento diferente, que era formado e legitimado de acordo com sua descendência. Enquanto o imigrante sentia o peso da guerra por meio da nacionalização, por ser visto como um intruso, o brasileiro vivenciou e internalizou o medo e a vivência da guerra de maneira diferente. Por meio da história oral temos um leque de possibilidades que nos permitem encontrar as várias faces da história que se encontram dentro da história, como aponta Verena Alberti, que vão além da história oficial.

No período da Segunda República foram anos de vida regrada para as populações imigrantes, de um lado a construção do patriotismo brasileiro e de outro o governo alimentava o imaginário da população brasileira com o medo dos regimes totalitários, discurso esse que ajudava a criar e legitimar a figura do outro, a figura do estranho em terras brasileiras, que eram os imigrantes alemães e italianos. Com a vida totalmente modificada por conta das ações do governo em decorrência da

guerra, as pessoas tiveram de se reinventar, viver com o medo, superar barreiras construídas e identidades forjadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período entre 1930-1945 foi de processos significativos na sociedade brasileira. Em nível nacional a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, que influenciado pelos regimes totalitários – o nazismo e o fascismo - assume uma postura autoritária e patriota, não dando importância às pluralidades da nação brasileira, impõe um duro processo de nacionalização que afetou principalmente as áreas de imigração europeia.

Em nível estadual, no contexto observamos o embate entre as duas grandes oligarquias existentes no estado catarinense, os Konder da região do Vale do Itajaí e os Ramos do Planalto Serrano, indústria e latifúndio disputando o poder político catarinense. Diante da ascensão de Vargas e a política contra os imigrantes, os Ramos, descendentes de lusos, saem na frente na disputa contra seus oponentes, os Konder, descendentes de teuto-brasileiros, principais alvos da campanha de nacionalização de Vargas.

Se de um lado a campanha de nacionalização buscava a homogeneização da sociedade brasileira e a integração dos imigrantes e descendentes à cultura brasileira, no estado catarinense a nacionalização teve caráter também político, além de cultural, no embate pelo poder do estado. A nacionalização veio como pretexto para que os Ramos pudessem ascender no poder como brasileiros, e quanto aos Konder, seriam enfraquecidos por conta de sua origem alemã. A nacionalização diminuiu consideravelmente a participação política dos imigrantes europeus em áreas de maior concentração.

Toda a tensão que formou-se no âmbito político com o despontar da Segunda Guerra Mundial foi o impulso maior para a campanha de nacionalização, principalmente após a entrada do Brasil na Segunda Guerra em janeiro de 1942. Nesse período, além de intrusos em solo alheio, os imigrantes tornaram-se inimigos da pátria em que estavam instalados.

A repressão, o cerceamento e a vigia aumentam nesse período, alterando o cotidiano dessas populações, que agora tornaram-se inimigas. Getúlio Vargas nesse período sancionou uma série de leis e decretos que visavam controlar e normatizar essas populações em solo nacional, uma política estratégica que acabou legitimando a figura do inimigo. Foram leis, discursos e embates de poder que definiram o lugar social determinado a cada indivíduo. Uma identificação étnica, a

necessidade de afirmar um patriotismo, de construir uma identidade que é diferente do outro e, portanto, superior.

Uma política traçada há décadas, mas ainda viva na memória dos que vivenciaram a época e na lembrança das histórias daqueles que as ouvem de seus pais e avós, memórias traumáticas, algumas confinadas ao esquecimento que não foi possível adentrar. Mas que são passíveis de análise pelo silêncio que trazem consigo.

Os acontecimentos históricos nunca são incorporados pelas pessoas de uma mesma maneira, assim, a Segunda Grande Guerra também é vista de maneira diversa, por diferentes pessoas. Isso caracteriza-se pelo fato do acontecimento mostrar-se diferente dependendo da origem étnica da pessoa, num contexto de guerra o imaginário é sempre alimentado pela figura do vilão e do mocinho, papéis bem definidos no imaginário da população do Sul durante a Segunda Guerra.

Diante do processo de nacionalização as pessoas de grupos imigrantes eram obrigadas a mostrar-se vinculadas ao povo brasileiro, fator esse que era determinado principalmente pela língua falada. Muitos desses imigrantes não falavam a língua imposta pelo governo, fato que os sentenciou ao isolamento dentro de suas próprias casas com medo das represálias, denúncias e até mesmo da prisão. Nesse momento é a definição de quem é o inimigo brasileiro, a definição do outro, figura legitimada pelos discursos de guerra e pelo fato de serem diariamente apontados como nazistas e fascistas

Analisar essas memórias, trabalhar com as lembranças das pessoas, mostram-nos que de fato não existe uma única história, ou que uma história dita oficial dê conta de todos os acontecimentos e sentimentos de uma determinada região ou população. A história tem vários ângulos e a cada ângulo pesquisado surgem novas perspectivas, novas tramas que se entrelaçam, libertando memórias esquecidas, histórias que carregam em si as feridas dos acontecimentos e que apenas esperavam o momento certo para aparecer.

De fato no Brasil não houve linha de frente, confronto armado, mas a guerra existiu, vivida e entendida de maneiras diferentes pelos habitantes, uma guerra sem frente de batalhas, uma guerra presente no cotidiano das pessoas. Cada um por sua origem viveu diferentemente esse período, porém o medo era algo que permeava a vida de todos, sem exceção. O brasileiro com medo do imigrante visto como inimigo,

e o imigrante com medo de todo cerceamento do governo porque era considerado inimigo.

Hoje, as memórias ressurgem permeadas pelo presente, as pessoas analisam suas memórias e são mais cheias de presente do que do passado propriamente dito, são memórias remodeladas, representadas, lembradas pela vivência ou passadas de geração em geração, memórias filtradas entre o dizível e o indizível. Muitas memórias também estão fadadas ao esquecimento, são memórias dolorosas, muitas vezes vergonhosas, que muitas pessoas se recusaram a rememorá-las.

A guerra existiu e cada um vivenciou à sua maneira, no cotidiano de cada região, cada comunidade, cada lar. Então, de fato, é impossível generalizar a história e a partir de um ponto tentar definir outros vários. A história é multifacetada, e cada sujeito na sua individualidade interpreta os acontecimentos de acordo com suas experiências e vivências.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi, (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 10.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Algumas lembranças. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). **As faces da memória**. São Paulo: Centro de memória - Unicamp. s/d.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. Tradução Nilo Odalia.
- CAMPOS, Adriano de. Oligarquias em disputa: Ramos x Konder. **Revista Santa Catarina em história**. Florianópolis - UFSC. v. 11, n.1. p.89-97. 2017
- CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na Era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. 1998. 348 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: O que trouxe de novo ?. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org). **O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.107-144.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Sob a máscara do nacionalismo**. Autoritarismo e anto-semitismo na Era Vargas. Disponível em: <<http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/1309>>. Acesso em: 14 abr. 2017
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2002, v. 2.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003. v. 1. 376 p.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades** / Lucília de Almeida Neves Delgado. – Belo Horizonte: Autentica, 2006. 136p.
- ENTREVISTADO A. out. 2017. Criciúma, SC. Entrevista concedida a Renata Souza do Nascimento Cesário.
- ENTREVISTADO B. out. 2018. Nova Veneza, SC. Entrevista concedida a Renata Souza do Nascimento Cesário.
- ENTREVISTADO C. out. 2017. Siderópolis, SC. Entrevista concedida a Renata Souza do Nascimento Cesário.
- ENTREVISTADO D. out. 2012. Criciúma, SC. Entrevista Concedida João Henrique Zanelatto e Paulo Sérgio Osório.

ENTREVISTADO E. Out. 2017. Criciúma, SC Entrevista cedida a Renata Souza do Nascimento Cesário

FAVERI, Marlene. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina.** 2002. 392 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82826>>. Acesso em: 05 ago. 2017

GERTZ, René. **O Fascismo no sul do Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): disputas políticas e conflitos culturais.** XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, SC. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434290643_ARQUIVO_ClaytonHackenhaar_Anpuh2015.pdf> Acesso em: 10 jul. 2018.

MACEDO, Janaina Santos de. **Campos de concentração em Santa Catarina e os conflitos envolvendo alemães e descendentes durante o Estado Novo.** 2007. 267 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MORAES, Marcos Juvêncio. **Do governo provisório ao fim da primeira república: 30 anos de intrigas políticas no governo catarinense.** V Encontro de Economia Catarinense, Florianópolis, SC. Disponível em: < <http://apec.pro.br/anais-dos-eventos/v-encontro-de-economia-catarinense/>>. Acesso em: 08 ago. 2018

MORAES, Marcos Juvêncio de. **As disputas pelo palácio governamental catarinense: as oligarquias, os autoritários e a instrumentalização do nacionalismo.** 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORAES, Marcos Juvêncio de. **As reformas educacionais de Santa Catarina e a instrumentalização do ensino patriótico: Laços políticos, oligárquicos e culturais (1911-1945).** 2017. 359 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

NASCIMENTO, Dorval do. Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911-1920). **Revista Brasileira de História da Educação.** n.21, set/dez. 2009

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: As incertezas do regime In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org). **O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-38.

POLLOK, Michael. Memória e esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15. 1989.

POLLOK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

REMOND, René. Uma história presente. IN: REMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.13-36.

REMOND, René. Do político. IN: REMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-454.

SANTOS, Fabiane dos. A construção do inimigo: é tempo de guerra, medo e silêncio. **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis - UFSC, v.1, n.2, 2007.

SILVA, Cristiane Bereta da, ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino em Santa Catarina o início do século XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 135-169. 2013

SILVA, Daniele Hungaro. A política de Getúlio Vargas e as escolas primárias de Santa Catarina (1930-1945). **Revista Grifos**, n.40, 2016, p.144-171.

SILVA, Janine Gomes. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer... as vibrações do Centenário e o período da nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville**. 2004. 307 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILVA, Walburga Arns. **Saga de uma família teuto-brasileira - Lehrer Arns: registros e vida de um professor de colônia**. São Leopoldo: Unisinos, 1998.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.14, n. 20, p. 63-79. 1996.

WERLE, Bibiana. **Campanha de nacionalização em Estrela/RS: Impactos e memórias**. 2011. 69 f. TCC (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36945/000818626.pdf>> acesso em: 12 nov. 2017.

ZANELATTO, João Henrique. **Região, Etnicidade e Política: O integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930**. 2007. 373 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas**. Criciúma, SC: EdiUNESC, 2012

ZANELATTO, João Henrique. Gonçalves, Renan Borges. Campos de concentração/confinamento no Vale de Araranguá durante a segunda guerra mundial. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.1, n.6, jan./jun. 2013, p. 3-22.

ZANELATTO, João Henrique. TRICHES, Janete. **História política de Criciúma no século XX**. Criciúma, SC: Ediunesc, 2015

ZANELATTO, João Henrique. Fascismo italiano em território Barriga Verde. **Revista território e fronteiras**. Cuiabá, vol.8, n.2, jul.-dez., 2015

FONTES CONSULTADAS

Arquivo Público Municipal de Tubarão. Jornal A Imprensa, Tubarão, 1942.

